

Sumário

- 5 Apresentação
- 7 Introdução
- 8 O que é direito de propriedade intelectual, direito de propriedade industrial e patente?
- 9 Por que as patentes são defendidas pela indústria farmacêutica?
- 9 É importante saber quais tipos de medicamentos existentes nas farmácias podem estar protegidos por patentes?
- 11 Por que alguns medicamentos são muito mais caros do que outros?
- 13 Então, quais são as dificuldades para se promover o acesso a medicamentos?
- 13 Por que os medicamentos genéricos são importantes para a promoção do acesso a medicamentos?
- 14 O que é o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio (Acordo TRIPS)?
- 15 Mas o que isto tem a ver com a saúde?
- 16 E como era antes do Acordo TRIPS?
- 18 Será que todos os países membros da OMC se beneficiam igualmente dos padrões mínimos estabelecidos pelo Acordo TRIPS?
- 18 Existe alguma forma de os países membros da OMC se protegerem contra abusos dos direitos conferidos pelo sistema de propriedade industrial definido pelo Acordo TRIPS?
- 19 Quais são as flexibilidades do Acordo TRIPS de interesse para a saúde pública?
- 28 Quais são as dificuldades encontradas pelos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos para utilizar a licença compulsória para medicamentos?

- 29 O que foi feito no âmbito da OMC para tentar contornar alguns dos problemas relacionados à implementação das flexibilidades do Acordo TRIPS de interesse para a saúde?
- 30 Qual foi a solução para os países que não têm capacitação tecnológica (parágrafo 6º da Declaração de Doha)?
- 32 Esta solução foi uma boa alternativa para a promoção do acesso a medicamentos?
- 33 Quais são os desafios a serem enfrentados após 2005?
- 33 Esta situação pode piorar?
- 34 Quais são os dispositivos TRIPS-plus que podem ser ruins para as políticas de acesso a medicamentos?
- 36 Como os países podem se proteger?
- 39 Glossário de termos
- 41 Bibliografia consultada

Apresentação

Nos últimos anos o acesso aos medicamentos para o tratamento do HIV/AIDS no Brasil e em outros países em desenvolvimento tem estado atrelado às regras e leis que regulamentam a propriedade intelectual e industrial no país e no mundo. Nos países em desenvolvimento, tais regras e leis terminam por ser um obstáculo ao acesso aos medicamentos, já que muitas vezes atendem muito mais a interesses comerciais e do lucro das indústrias farmacêuticas internacionais do que o interesse da saúde pública dos países. Por estes motivos, as questões envolvendo acesso e propriedade intelectual vêm ocupando espaço cada vez maior na agenda de todos aqueles que lutam por um acesso universal aos medicamentos para o HIV/AIDS.

Com esta cartilha, a ABIA e o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI) da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) pretendem levar ao maior número possível de leitores informações sobre propriedade intelectual e medicamentos, de forma a reforçar um debate público sobre a questão. Esperamos, com a divulgação destas informações, contribuir com a mobilização da sociedade civil organizada para acompanhar criticamente e intervir nas políticas públicas relacionadas ao tema e com a luta pelo acesso universal aos medicamentos para o HIV/AIDS, para outras doenças e por uma saúde pública de qualidade que atenda prioritariamente às necessidades das pessoas.

Estamos seguros de que a informação constitui um dos instrumentos mais eficazes para enfrentarmos os desafios impostos pela epidemia de HIV/AIDS.

Cristina Pimenta
Coordenadora geral
ABIA

Veriano Terto Jr.
Coordenador geral
ABIA

Renata Reis
Assessora de projetos
ABIA